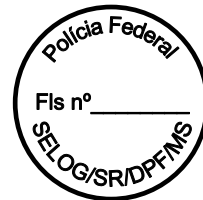




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2015
Processo nº 08335.004830/2015-21

A União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, mediante Pregoeiro, designado pela Portaria nº 732/14-SR/DPF/MS, de 18 de setembro de 2014, do Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, **destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555/00, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, Lei Complementar 123/06 e Decreto 6204/07, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11/09/2015

Horário: 08h30min (Horário Local)

Local: Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul

Endereço: Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande, MS

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Centro de Formação de Condutores para promoção de processo de mudança de categoria de carteiras nacional de habilitação, para categorias “D”, e “E”, para servidores do Departamento de Polícia Federal, lotados na Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul, conforme **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital.

1.2. Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I - Termo de Referência;
- II - Modelo de Proposta;
- III – Modelo de Declaração de ME/EPP;
- IV – Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta

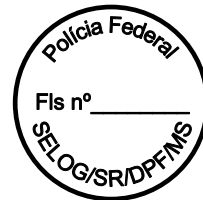
2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão somente as microempresas e empresas de pequeno porte cujo ramo de atividade esteja relacionada ao seu objeto.

2.1.1 - consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



2.1.1.1 - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

2.1.1.2 - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

2.1.1.3 - As empresas organizadas sob a forma de ME ou EPP, sob o amparo da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão observar o Artigo 43 desse Diploma Legal, apresentando, na fase de habilitação toda a sua documentação, ainda que com restrições.

2.1.1.4- A dispensa da verificação da regularidade fiscal na fase de habilitação não traduz dispensa da documentação referente à situação fiscal da EPP ou ME, apenas posterga-se essa verificação para o momento de celebração do termo de contrato ou equivalente, observando-se o Artigo 42, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de interessadas:

2.2.1 - Submetidas aos regimes de recuperação de empresas previstos na Lei 11.101/2005 de 09 de fevereiro de 2005, bem como, aquelas que tiveram sua falência decretada;

2.2.2 - Que estejam proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos na forma de legislação vigente;

2.2.3 - Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição e cooperativas de mão-de-obra;

2.2.4 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.2.5 – Cooperativas cujo estatuto não esteja de acordo com o objeto a ser contratado e que necessite de intermediação ou subcontratação.

2.2.6 – Que se encontrem em situação de fusão, cisão ou incorporação;

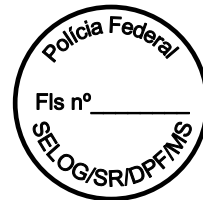
2.3. Os documentos necessários a participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor Público Federal ou por meio de documento publicado na imprensa oficial.

2.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

2.5. Considerar-se-ão aptas a participar do certame licitatório, as empresas devidamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que apresentarem situação da documentação obrigatória válida ou atenderem aos dispositivos constantes nos subitem 11 deste edital.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



2.6. Como condição de participação, a empresa licitante deverá estar estabelecida no perímetro urbano de Campo Grande/MS.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2. A impugnação Administrativa deverá ser apresentada por escrito, protocolada tempestivamente no Protocolo da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL DO MS, ou ainda, por meio do fax 67 3368-1299, dirigida ao Pregoeiro.

3.3. Não serão conhecidas as impugnações ao Edital interpostas após os prazos legais, bem como as que não forem apresentadas na forma estabelecida no subitem **3.2.**

3.4. Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de um representante devidamente munido de documento que o habilite a participar deste procedimento licitatório.

4.2. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

a) Documento oficial de identidade;

b) Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular oferta e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso de o interessado ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, da licitante.

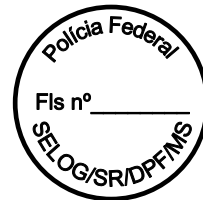
4.3. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante (contrato social).

4.4. A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento poderá ser suprida até a abertura da sessão.

4.5. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único a intervir nas etapas do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



4.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.7. Apresentar após a fase de credenciamento, as seguintes declarações:

4.7.1. Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;

4.7.2. Declaração de Microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo contido no Anexo III;

4.7.3. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo contido no Anexo IV;

5.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo do **Anexo II**, o qual deverá ser identificado pelo número do Pregão, o dia e hora marcados para abertura, o nome, CNPJ e endereço da empresa, contendo proposta datada, com todas as folhas rubricadas e a última carimbada e assinada pelo proponente ou seu representante legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, especificando o objeto de forma clara e inequívoca, observando, ainda, o que se segue:

5.1.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da mesma, observado o disposto no parágrafo 3º do Art. 64 da Lei nº 8.666/93;

5.1.1.1. Na ausência do prazo de validade explícito na proposta será considerada a data de apresentação para início da contagem.

5.1.2. Declaração de que cumpre os requisitos mínimos necessários à execução do contrato que resultará desta licitação, descritos no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital (Modelo no **Anexo II**).

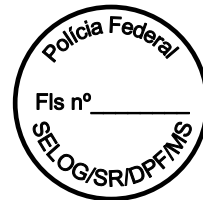
5.1.3. Declaração de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Certame.

5.1.4. Deve constar na proposta oferta precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.5. Serão consideradas desclassificadas as propostas apresentadas em desacordo com o exigido neste subitem;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



5.1.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, tanto no que se refere ao seu mérito, quanto ao preço, condições de pagamento, prazo ou qualquer modificação que importe em adulterar os seus termos originais;

5.1.7. As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

5.1.8. Não serão consideradas ofertas não previstas neste Edital, preços superiores aos valores de referência apurados pela administração, ou manifestamente inexeqüíveis;

5.1.9. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

5.1.10. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6. DOS ENVELOPES

6.1. Os envelopes de "PROPOSTA" e de "HABILITAÇÃO" deverão ser entregues pelo interessado ou seu representante legal ao pregoeiro da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, na data e horário estabelecidos no item **8.1** deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações externas:

6.1.1. Envelope contendo documentos relativos à (s) PROPOSTA:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL DO MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2015
LICITANTE:
CNPJ Nº:
ENVELOPE Nº 1 (**PROPOSTA – ITENS 1 E/OU 2**)

6.1.2. Envelope contendo os documentos de HABILITAÇÃO:

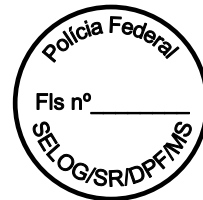
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL DO MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015
LICITANTE:
CNPJ Nº:
ENVELOPE Nº 2 (**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**)

7. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

7.1. No dia, hora e local designado neste Edital, em sessão pública, o Pregoeiro, depois de declarar aberta a sessão, não mais admitirá novos proponentes, receberá dos interessados e dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



fechados, as propostas de preço e a documentação exigida para a habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

7.2. Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

7.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. A abertura dos envelopes relativos à presente licitação, dar-se-á em sessão pública a ser realizada na data e local a seguir indicados:

DATA DE ABERTURA: 11/09/2015

HORA: 08h30m (horário MS)

LOCAL: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO MS
Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande, MS

8.2. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, desde já, ficam os licitantes notificados que esta será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

9. DA ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS (envelope nº 1)

9.1. As propostas deverão seguir rigorosamente o modelo contido nos **Anexo II - Modelo de Propostas** deste Edital.

9.2. Para o objeto deste Pregão, o pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas.

9.3. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

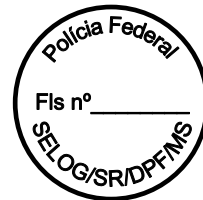
9.4. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em Lei e a disposição de todos os concorrentes.

9.5. Serão classificadas, para participar da etapa de lances verbais, as licitantes que apresentarem a proposta de menor preço, e as demais cujas propostas estejam superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor valor, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002.

9.6. Caso não haja, no mínimo 03 (três) propostas escritas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até que haja



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



no máximo 03 (três licitantes classificadas, quaisquer que sejam os valores ofertados, conforme o disposto no inciso IX do art 4º da Lei nº 10.520/2002).

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva e decrescente, considerando-se os valores totais de cada item.

10.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital e anexos.

10.4. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor valor global, resultante da soma dos 2(dois) itens.

10.5. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto as propostas apresentadas pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

10.6. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, assegurados o direito de atualizar seus dados no ato, mediante documentação apresentada na própria sessão.

10.7 - Caso a licitante apresente a documentação relativa ao cadastramento no SICAF na própria sessão, os documentos que não possuírem prazo de validade somente serão aceitos com data não excedente a 06 (seis) meses de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

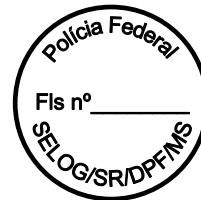
10.8 - Caso a licitante não esteja regularmente inscrita no SICAF e apresente irregularidade no cadastramento, ou apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada, porém havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da contratada, será concedido o prazo de cinco dias úteis para a regularização da documentação, a contar do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme regra disposta no art. 43 § 1º da LC 123/06.

10.9 - No caso de a licitante ser inabilitada por conta de irregularidade constatada quando da consulta ao SICAF, e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviços (Anexo III da MARE nº 02/10), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato à Secretaria do Estado de Administração e do Patrimônio do Ministério do Orçamento e Gestão.

10.10. Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seu Anexo, pelo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



Pregoeiro, desde que os preços ofertados não ultrapassem o valor máximo da contratação definido no Termo de Referência.

10.11 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado os serviços, definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

10.12 Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

10.13. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

10.14. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

10.15. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11. DA HABILITAÇÃO

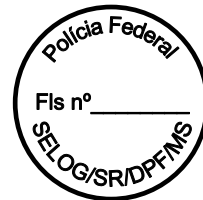
11.1. Para participação neste Pregão, as empresas interessadas deverão estar cadastradas e habilitadas no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme IN nº 02/10 - MARE, ou atenderem as condições exigidas nos arts. 27 ao 31 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, além de apresentar os seguintes documentos:

11.1.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, conforme modelo a seguir:

<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO</p> <p>(Nome da empresa)_____ CNPJ nº_____ sediada (Endereço completo)_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.</p> <p>Local e Data _____</p> <p style="text-align: center;">_____ Nome e Número da CI do Declarante</p>
--



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



11.1.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 12.854/99), nos termos do modelo abaixo descrito:

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

(Representante Legal

(Observação:em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

11.1.3. Declaração de capacidade técnica, no mínimo uma (1), emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando que a empresa licitante executa os serviços objeto deste procedimento.

11.2. A regularidade do cadastramento e a habilitação parcial das licitantes inscritas no SICAF serão confirmadas por meio de consulta "ON LINE", no ato da abertura da licitação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

11.3. Procedida à consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada participante, declarações estas que deverão ser assinadas pelo Pregoeiro;

11.4. As declarações mencionadas no subitem anterior serão juntadas aos autos do processo licitatório para fins de prova nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93;

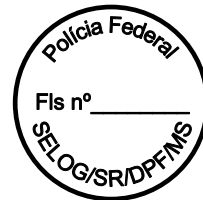
11.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em envelope fechado, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, cópia conferida pelo Pregoeiro ou ainda, mediante publicações em Órgão de imprensa oficial;

11.6. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma;

11.7. A licitante que optar por não utilizar o SICAF para fins de verificação de seu cadastramento deverá apresentar, dentro do envelope nº 2, os documentos relacionados a seguir:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



I - Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

II - Regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos e Contribuições Federais, emitidas pela Secretaria da Receita Federal - SRF, e Certidão quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN);
- c) Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS), e para com o Fundo e Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

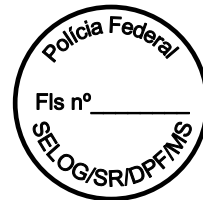
III - Qualificação Econômico-Financeira:

a) Comprovação de:

- I) Índice de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



II) Índice de Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$

III) Índice de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$

Em que:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

b) Certidão negativa de falência ou concordata, recuperação judicial e ou liquidação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.8. Para os efeitos deste Edital serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou a apresentarem com vícios, assegurado às já cadastradas no SICAF a oportunidade de apresentar a documentação regularizada na própria sessão.

11.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

- a) Declaração de que possui em sua frota pelo menos um veículo correspondente à mudança de categoria a ser contratada.
- b) Comprovação de registro e licença de funcionamento expedida pelo Órgão de Trânsito do Estado de Mato Grosso do Sul.

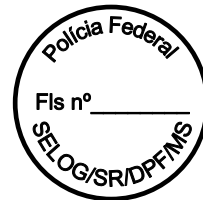
12. DOS RECURSOS

12.1 - Ao final da sessão, depois de declarado o vencedor, qualquer licitante credenciado e presente poderá manifestar, de imediato, motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, às quais poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.2 - A falta de manifestação motivada da licitante importará na decadência do direito de interpor recurso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



12.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - A petição deverá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

12.5 - Decididos os recursos, o Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.6 - Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso administrativo.

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso administrativo, pela própria autoridade competente.

14. DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. O valor estimado para contratação é de R\$ 15.672,42 (quinze mil reais, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos) para o item 1 e de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) para o item 2.

14.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2015, na conforme Notas de Créditos nºs 2015NC004133 (Ação de Capacitação nº 083335.021060/2015-81), 2015NC004075 (Ação de Capacitação nº 083335.020822/2015-21) e 2015NC004146 (Ação de Capacitação nº 08335.021059/2015-56).

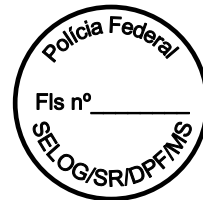
15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até trinta (30) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo fiscal do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



15.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo máximo de quinze (15) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

15.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.6.1. não produziu os resultados acordados;

15.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.8.1. Caso a situação da contratada não esteja atualizada no SICAF, os documentos comprobatórios de regularidade poderão ser apresentados junto à nota fiscal/fatura apresentada.

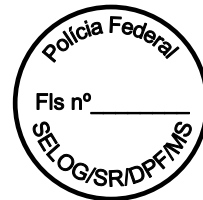
15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, e não sendo apresentados comprovantes hábeis junto com as notas fiscais/faturas, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 16.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 16.1.2. apresentar documentação falsa;
- 16.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 16.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.5. não mantiver a proposta;
- 16.1.6. cometer fraude fiscal;
- 16.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

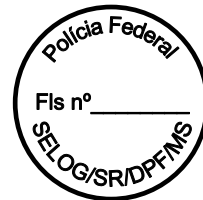
16.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 16.3.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 16.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

16.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta do contrato.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.2. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no Setor de Licitações da SR/DPF/MS, sito na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, CEP 79102-430 ou por meio do Fone/Fax: (0**67) 3368-1188 / 3368-1299, ou, ainda pelo e-mail cpl.srms@dpf.gov.br

17.3. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

17.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

17.5. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

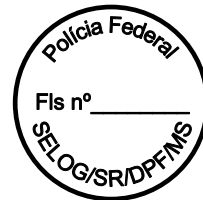
17.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7. Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas de Preços.

17.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará celebração de contrato com a Administração.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



17.9. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às sanções administrativas descritas neste edital.

17.10. O proponente vencedor, após a retirada da Nota de Empenho, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições editalícias, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

17.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL/MS.

17.12. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes dos Decretos nº 3.555, de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 09 de agosto de 2.000, 3.697, de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2.000, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 publicado no D.O.U. do dia 18 de julho de 2002 e da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

17.14. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do item 17.3 do presente Edital o lance é considerado proposta.

17.15. Após a publicação do resultado do certame, a SR/DPF/MS emitirá Nota de Empenho, instrumento que substitui o contrato, nos termos do artigo 62 da lei 8666/93, e encaminhará à licitante vencedora, para que esta inicie os serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do envio do referido documento.

17.16. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração; a omissão da licitante vencedora caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, com aplicação de sanções e penalidades cabíveis.

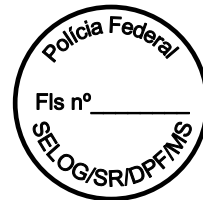
17.18 A nota fiscal/fatura apresentada atestada pelo respectivo servidor participante do curso, ensejará o recebimento e aceitação do objeto.

17.19 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17.20. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



justificar sua revogação, devendo ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.21. Para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou casos omissos resultantes do presente Contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de Campo Grande/MS, com renúncia expressa de qualquer outro.

Campo Grande/MS, 10 de agosto de 2015.

RICARDO CUBAS CESAR
Superintendente Regional